

editorial  
editorial

entrevista  
interview

artigos submetidos  
submitted papers

tapete  
carpet

artigo nomads  
nomads paper

projeto  
project

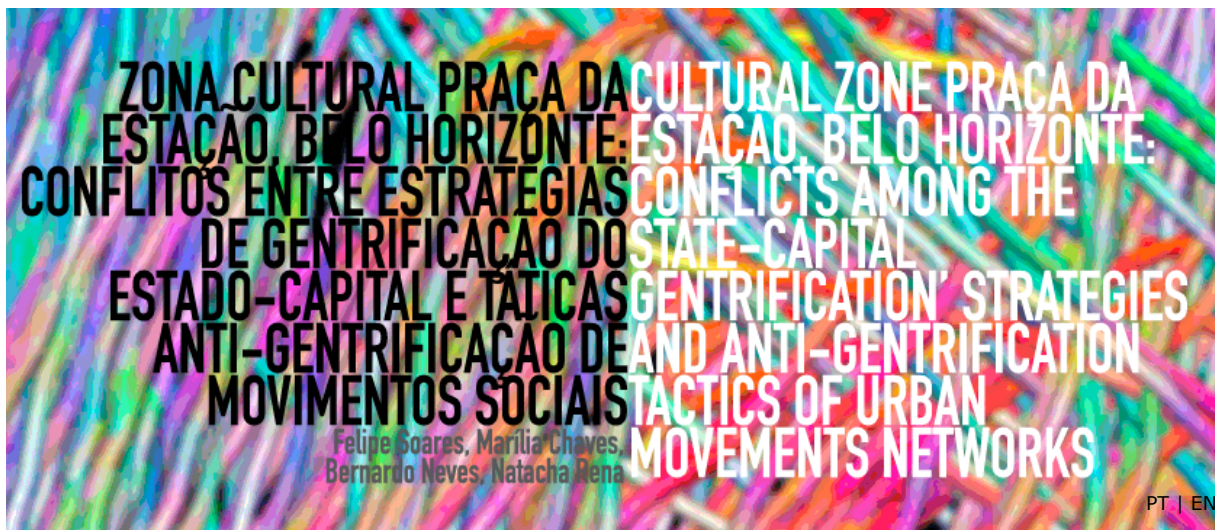
expediente  
credits

próxima v!rus  
next v!rus

**V 14**

issn 2175-974x | ano 2017 year

semestre 01 semester



**Felipe Bernardo Furtado Soares** é advogado, Mestre em Direito. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Estuda urbanismo biopolítico, direito constitucional, filosofia do direito, sociologia jurídica e antropologia jurídica.

**Marília Pimenta Chaves** é estudante de Arquitetura e Urbanismo. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Estuda projeto de arquitetura e urbanismo.

**Bernardo Neves** é arquiteto e urbanista. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Estuda projeto de arquitetura e urbanismo.

**Natacha Rena** é arquiteta e urbanista, Doutora em Comunicação e Semiótica. Professora do curso de Arquitetura, da Escola de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do grupo de pesquisa Indisciplinar. Estuda cartografia das lutas territoriais e urbanismo biopolítico.

Como citar esse texto: SOARES F. B. F.; CHAVES, M. P.; NEVES, B.; RENA, N. Zona Cultural Praça da Estação, Belo Horizonte: conflitos entre estratégias de gentrificação do Estado-capital e táticas anti-gentrificação de movimentos sociais. VIRUS, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <[http://www.nomads.usp.br/virus/\\_virus14/?sec=4&item=12&lang=pt](http://www.nomads.usp.br/virus/_virus14/?sec=4&item=12&lang=pt)>. Acesso em: 04 Jul. 2017.

## Resumo

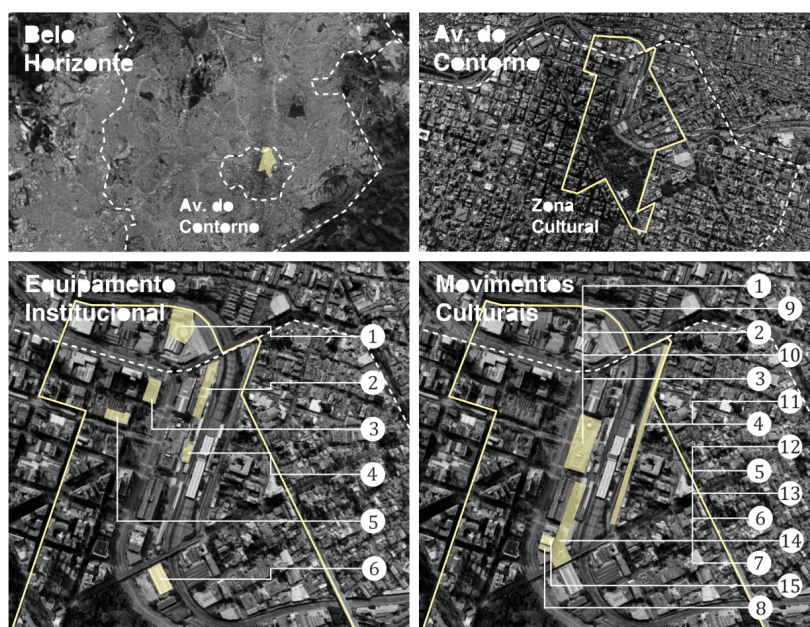
O discurso que sustentou o projeto Corredor Cultural da Praça da Estação, proposto para a região central de Belo Horizonte em 2013, é o de que o centro está degradado e precisa ser recuperado para ganhar nova vida, atraindo novos moradores, frequentadores e investimentos. Os vazios que se ampliam ao longo do tempo e o abandono estratégico têm sido fundamentais para justificar novos investimentos, escondendo o processo gentrificador, uma lógica de urbanização já denunciada inúmeras vezes pelo geógrafo e referência no tema, Neil Smith (1979; 1996), pelo qual a região central da cidade está passando. No caso de Belo Horizonte, vem sendo tecida a disputa entre o urbanismo neoliberal e as redes militantes e ativistas biopotentes. Por um lado, certos investidores se aproveitaram da desvalorização imobiliária para adquirirem diversos imóveis, que, com a revitalização da área, se valorizarão. Por outro lado, os movimentos de resistência em rede conseguiram mudar os rumos do projeto "Corredor Cultural da Praça da Estação" ao afirmarem que já há vida e cultura naquele território urbano

com uma forte campanha "O corredor cultural já existe!". O Grupo de Pesquisa Indisciplinar participa ativamente da cartografia das lutas territoriais que se estabelece entre os grandes projetos urbanos propostos pelo Estado-capital e as redes de resistência belorizontinas, atuando como mais um nó nesta rede de lutas ao identificar os pontos-cegos complexos que envolvem o urbanismo neoliberal em diversas escalas na cidade. Nos últimos anos, pesquisadores do grupo vêm atuando em diversas frentes nas lutas, tanto trabalhando com produção de informação simplificada e traduzida para subsidiar os movimentos sociais envolvidos na rede bipotente, quando agindo institucionalmente, como, por exemplo, ao compor o Conselho Consultivo da Zona Cultural, criado para produzir um plano diretor para o território central.

**Palavras Chave:** Gentrificação; Grandes projetos urbanos; Redes de resistência.

"Melhorar sem expulsar", este é o princípio ético que rege o Conselho Consultivo da Zona Cultural da Praça da Estação<sup>1</sup>, órgão colegiado formado por dez representantes, sendo metade destes indicados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e a outra metade, eleitos pela sociedade civil. Este princípio ético encampa ideais que guiaram alguns movimentos sociais participantes das redes de luta que induziram à instituição do Conselho em 2014<sup>2</sup>, depois de muitas ações e reivindicações realizadas contra o projeto do Corredor Cultural da Praça da Estação apresentado pela PBH no início de 2013.

Para compreender como esse princípio ético foi construído, é preciso conhecer o território atual da chamada Zona Cultural Praça da Estação, que vem sendo tecido por interesses e desejos que, por vezes, estão em conflito. Essa área tem o seguinte perímetro e recebe os seguintes equipamentos e manifestações culturais:



**Fig. 1:** Zona Cultural<sup>3</sup>. Equipamento Institucional: 1. Funarte/IPHAN, 2. Centro de Referência da Juventude, 3. CentoeQuatro, 4. Centro Cultural da UFMG, 5. Serraria Souza Pinto. Movimentos Culturais: 1. Praia da Estação, 2. Fora Lacerda, 3. Vá de Branco, 4. Cidade Eletrônica, 5. Samba da Meia Noite, 6. Duelo de MC's, 7. Família de Rua, 8. Nelson Bordello, 9. Marcha das Vadias, 10. Parada Gay, 11. Paisagens Poéticas, 12. Baixo, 13. Sarau Vira Lata, 14. Real da Rua, 15. Teatro Espanca! Fonte: Os autores sobre imagem do Google Street View.

O imaginário do Corredor Cultural ronda a região desde a década de 1980, o que demonstra que, em muitos casos, grandes projetos urbanos são precedidos de outros projetos e obras aparentemente desconectadas entre si, mas que indicam a existência de um planejamento de longo prazo por parte de agentes públicos e privados.

Diversos estudos urbanos nos últimos quinze anos têm relacionado o processo de gentrificação com as numerosas intervenções de renovação e regeneração urbanas verificadas ao longo dos anos 80 e 90 em muitas cidades e por vezes favorecidas ou mesmo incentivadas pelas intenções políticas neoliberais dos governos urbanos (HACKWORTH apud MENDES, 2008).

Nesse artigo, pretende-se retomar o histórico da Zona Cultural a partir dos conflitos entre as estratégias gentrificadoras, adotadas pelo Estado-capital, e as táticas e estratégias antigentrificação, utilizadas pelos movimentos sociais que atuam em rede no território. Esses conflitos são atravessados por fluxos e interesses globais e locais, tornando o território uma trama complexa formada por diferentes perspectivas sobre o que é e sobre o que deve ser a cidade.

Nesse contexto, a cultura servirá tanto para a compreensão do processo de gentrificação como para o entendimento das táticas utilizadas pelos movimentos de resistência. Rena, et al. (2015) já observaram a utilização da pauta da cultura para a implementação de grandes projetos urbanos:

Por representarem verdadeiras âncoras desse processo, projetos ditos "culturais" são cada vez mais valorizados no mercado urbano. Nestes projetos, guiados por medidas pacificadoras de transformação urbana em um "cenário higiênico" e consensual, o fomento ao turismo global conforma-se enquanto prioridade, em detrimento do atendimento às necessidades das comunidades locais. Desta forma, verifica-se mais um movimento de captura cognitiva pelo sistema neoliberal, que expropria e

transforma a lógica cultural em mais um recurso para promover o aumento do valor da terra urbana. Essas transformações se dão, principalmente nas áreas centrais das cidades e, por conseguinte, expulsam a população de baixa renda e instalam, em seu lugar, equipamentos referentes à nova indústria cultural (RENA, et al., 2015).

O projeto Corredor Cultural Praça da Estação encontra-se em um contexto de urbanismo neoliberal em Belo Horizonte e faz parte do coração de um grande Projeto Urbano denominado Operação Urbana Consorciada ACLO (que já foi chamado OUC Nova BH). Porém, as redes de resistência também se utilizaram da cultura para se contraporem a esse projeto.

### **Do patrimônio como resistência à proposta do Corredor Cultural da Praça da Estação**

De meados do século XX até a década de 1980, a região ao redor da Praça da Estação deixou de ter papel central na dinâmica econômica da cidade. Se na primeira metade do século XX, a Estação Central era fundamental para as dinâmicas da capital mineira em razão da relevância das ferrovias para o transporte de mercadorias e de pessoas, com o processo de valorização do transporte rodoviário, impulsionado durante o Governo Kubitschek, a localidade perdeu importância. As atividades industriais que ali se encontravam foram transferidas para outras partes da cidade, esvaziando suas edificações. A partir da década de 1960, a região sofreu alterações de infraestrutura para atender às necessidades do rodoviário: alargamento de vias, diminuição dos jardins e das praças e derrubada de árvores (GIFFONI, 2010). No final da década de 1970, diante da ameaça de demolição do conjunto arquitetônico da Praça para a instalação de terminais de ônibus e integração com o metrô, grupos em defesa do patrimônio ligados ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG) iniciaram uma campanha pela proteção e recuperação desse espaço urbano historicamente significativo para a cidade (ARROYO, 2004).

Em 1988, aconteceu o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Estação pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). A partir de então, diversos equipamentos no entorno da Praça passaram a receber investimentos públicos e privados para se transformarem em espaços culturais, acompanhando as tendências internacionais de revalorização dos centros históricos (TREVISAN, 2012).

Em 1993, foi erguido um edifício lindeiro à Praça, o Centro de Referência à População de Rua (CREAS POP) / Programa Miguilim, equipamento que sempre destoou dos demais existentes no território por atender à parcela marginalizada da população, que, ainda que muito presente, recebeu poucos recursos ao longo da história.

Em 1995, a Prefeitura lançou concurso para revitalização do centro da cidade, cujo projeto vencedor, de autoria do escritório de arquitetura B&L<sup>4</sup>, indicava uma série de transformações espaciais voltadas para a cultura, dentre as quais estavam previstas a construção de uma ampla esplanada destinada à realização de atividades culturais e de lazer, a revitalização da Praça através de parceria com ente privado e o recobrimento do leito do Ribeirão Arrudas (BERQUÓ, 2015). Entre 1997 e 1998, aconteceu a restauração da Serraria Souza Pinto, abandonada desde o início da década de 1980, com o objetivo de preparar o espaço para receber feiras, espetáculos e eventos. Em 1999, o Viaduto Santa Tereza passou por uma reforma de cunho cultural na qual se construiu no baixio próximo à Rua da Bahia, o Largo dos Poetas, e no baixio oposto, palco, arquibancada, pista de dança e bar/café. A proposta, que tinha como base a Carta de Veneza, era recuperar o Viaduto de sua degradação, representada pela presença da população de rua, de carros e do desgaste físico do equipamento, através de equipamentos que incentivassem seu uso cultural.

No ano 2000, o IAB-MG voltou a chamar a atenção para a necessidade de promover a apropriação da região por outras classes sociais que não as então estabelecidas (população de baixa renda), com iniciativas voltadas à diversificação do uso dos prédios do entorno da Praça (MIRANDA, 2007). Nesse sentido, o IAB-MG promoveu uma edição do evento Casa Cor na Casa do Conde – atualmente sede da Funarte – e apresentou à Prefeitura o projeto para a criação do Corredor Cultural da Praça da Estação, retomando a ideia lançada em 1981. No mesmo ano, o Instituto Flávio Gutierrez divulgou a implementação do Museu de Artes e Ofícios nos edifícios da Estação Central e da Estação Oeste de Minas, cujas posses foram cedidas pelo poder público à entidade privada por meio de Operação Urbana Consorciada.

Trevisan (2012) explicita a sinergia existente entre os investimentos privados na região e as obras e projetos iniciados pelo poder público municipal:

A proposta de adaptação do prédio da antiga Estação Ferroviária Central para receber o Museu de Artes e Ofícios foi amplamente discutida à época com a Prefeitura de Belo Horizonte, de modo a compatibilizar a implantação do museu com os projetos de revitalização urbana do entorno. A restauração do prédio, a recuperação da Esplanada da Praça da Estação e a proposta de intervenção na Rua Aarão Reis aconteceram quase simultaneamente (TREVISAN, 2012).

Em 2005, o Corredor Cultural se consolidou institucionalmente com a inauguração do Museu de Artes e Ofícios e da Funarte, que seria dirigido pela herdeira da empreiteira Andrade Gutierrez, que mais tarde manifesta interesse, junto à empreiteira Odebrecht e à construtora Barbosa Melo, em desenvolver a Operação Urbana Consorciada que tinha a região central, envolvendo o Corredor Cultural, como grande foco de interesse do mercado (a ser debatido mais à frente). Nesse mesmo ano, demonstrando que o projeto do Corredor Cultural da Praça da Estação já estava em gestação há muitos anos, iniciou-se a construção do Boulevard Arrudas, projeto de cobertura do Rio Arrudas, para atender às demandas do Projeto Linha Verde, que visava facilitar o acesso ao eixo norte da cidade, onde estão o Aeroporto de Confins, a Cidade Administrativa e outros grandes projetos urbanísticos, como o da região da Izidora<sup>5</sup>.

De forma mais ampla no território de Belo Horizonte, percebe-se que todos esses projetos preparavam o terreno para a supracitada Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Via Leste-Oeste (OUC-ACLO), anteriormente denominada Nova BH<sup>6</sup>. A área central da cidade, onde se localiza a Praça da Estação, é ponto fulcral desse imenso projeto urbanístico que visa reestruturar 7% do território do município, para criar mais espaço de expansão para o mercado imobiliário, como anunciou em 2012 o então Secretário Adjunto de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e economista, Marcello

Faulhaber, personagem que já havia se envolvido no agenciamento para a realização da Operação Urbana onde fica atualmente o Porto Maravilha no Rio de Janeiro.

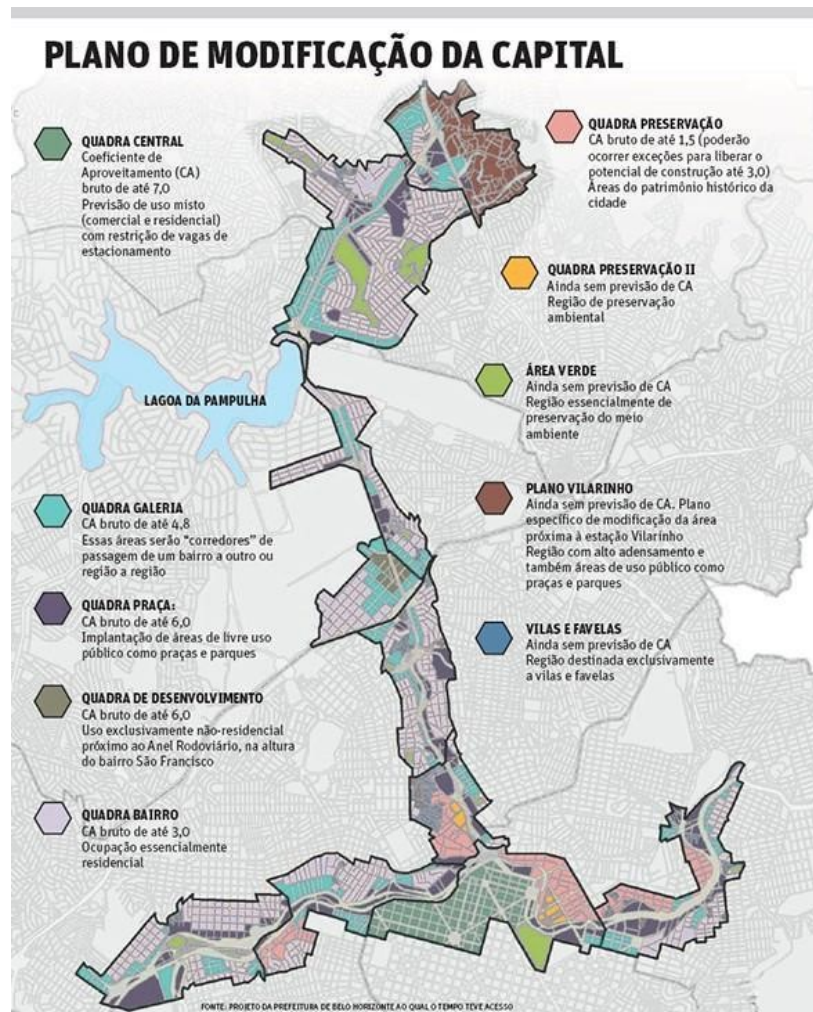


Fig. 2: Plano de modificação da capital. Fonte: Prefeitura Municipal.

No caso da área central de Belo Horizonte, a distância estética e social entre os projetos implementados e a realidade cotidiana vivenciada na região demonstra que, desde o final da década de 1990, o patrimônio histórico presente nesse território deixou de ser tratado como resistência a grandes projetos urbanísticos voltados aos interesses do capital e passou a servir exatamente para esse fim, dentro do contexto de gentrificação. Durante esse processo, são frequentes as referências à revitalização dos espaços e a necessidade de retomar o valor histórico do centro da cidade para atrair novos frequentadores e investimentos, em detrimento da dinâmica cotidiana de uso e ocupação.

Neil Smith (1987) constatou que o abandono e a degradação de certas áreas das cidades, especialmente as centrais, criam oportunidades futuras para os negócios imobiliários. Após a transformação do território por obras e projetos urbanísticos, os imóveis sofrem valorização, resultando em mais-valor para os investidores e expulsão de antigos moradores, comerciantes e usuários do local. No caso de Belo Horizonte, esse processo em curso é flagrante.

A partir de 2007, com o Duelo de Mc's, o conflito entre os esforços gentrificadores do Estado-capital e a rede de resistência de movimentos culturais presentes na região começa a ficar mais evidente. O Duelo de Mc's é uma atividade relacionada à cultura hip hop que acontece no baixio do Viaduto Santa Tereza, iniciada por um grupo de amigos chamado Família de Rua, que tinha a intenção de desenvolver cultura nos espaços públicos da cidade. Logo nas primeiras edições, os organizadores perceberam a falta de estrutura no local para esse tipo de atividade: iluminação pública, pontos de energia, limpeza frequente, lixeiras e banheiro público, como aponta Berquó (2015).

Em 2009, surgiu novo empecilho com a proibição de realização de qualquer tipo de evento na esplanada da Praça da Estação<sup>7</sup>. Segundo Trevisan (2012), esse Decreto é fruto de divergência entre o uso destinado pela sociedade àquela esplanada e as pretensões da administração do Museu de Artes e Ofícios. Assim que a esplanada foi recuperada e passou a abrigar eventos de grande porte, alguns conflitos surgiram com a administração do Museu, que possui parte da fachada frontal voltada para a Praça.

Em resposta à proibição imposta pela Prefeitura Municipal, em janeiro de 2010, ocorreu a primeira Praia da Estação, movimento cultural que discute o uso destinado aos espaços públicos da cidade. Em maio daquele ano, o prefeito revogou o Decreto proibitivo, para lançar normativas para regulamentação do uso da esplanada, que não agradaram aos participantes da Praia, por instituírem demasiados requisitos e proibições para o uso do espaço.

Desde então, diversas atividades e eventos relacionados à discussão do espaço público passaram a ocorrer naquela zona, como demonstra Berquó (2015): Sarau Vira-Lata, Marcha das Vadias, Samba da Meia Noite, Lavação, Cidade Eletrônica e muitos outros. Esta diversidade de insurgências culturais pode ser percebida na Roda de Conversa<sup>8</sup>, realizada no dia 6 de novembro de 2014, na Praça da Estação, sobre os processos multitudinários que se manifestaram com grande intensidade durante as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte e em seus desdobramentos, com a presença de movimentos de rua e de ocupações<sup>9</sup> (VICTOR, et al, 2016).

Em dezembro de 2012, ocorreu o fechamento do prédio do programa Miguelin para instalação do Centro de Referência da Juventude (CRJ), o que causou grande indignação nas pessoas ligadas à luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de rua, principalmente pela ausência de diálogo no momento de mudança tão drástica na política municipal destinada a esse público. O CRJ integraria o Corredor Cultural Praça da Estação, demonstrando que, a partir de então, naquela região, a população de rua não teria mais lugar.

### **Do Corredor à Zona Cultural: conflitos em torno do significado de cultura**

Concomitantemente ao anúncio do CRJ, a Prefeitura de Belo Horizonte anunciou a instituição do Corredor Cultural da Praça da Estação, que utilizaria de recursos oriundos do recém-lançado PAC das Cidades Históricas para promover reformas em alguns equipamentos. Para a elaboração do projeto básico, foi contratado um escritório de arquitetura.

No início de 2013, a Fundação Municipal de Cultura (FMC) organizou dois momentos para apresentação desse projeto à sociedade civil. Foi evidente a insatisfação das pessoas com o que foi apresentado, especialmente em razão da falta de participação social para elaboração do projeto e do risco iminente de gentrificação da área.

Logo na primeira reunião, um dos presentes afirmou que “o corredor cultural já existe, já é real e a função do poder público seria torná-lo mais possível, incorporando todos esses agentes que compõem a vida do espaço, o que inclui agentes culturais, população de rua e o proletariado da cidade” (AYER, 2013). Na segunda reunião, diante das deficiências do projeto elaborado a pedido da FMC, os movimentos sociais atuantes na área se organizaram para pleitear perante a Prefeitura a formação de uma Comissão de Acompanhamento, que foi reconhecida no Diário Oficial do Município, em 15 de Abril de 2013, com a função de articular as demandas dos movimentos para a reformulação do projeto pelo escritório contratado (BERQUÓ, 2015). Após os dois meses de trabalho da Comissão, percebeu-se que simplesmente adicionar demandas pontuais ao projeto já produzido não atenderia a todas as demandas existentes.

Contra a implementação do Corredor Cultural, os movimentos começaram a afirmar: “O Corredor Cultural já existe!”. Com esse mote, alunos vinculados ao Indisciplinar<sup>10</sup> e à disciplina UNI 009 Cartografias Críticas, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, ministrada pela Professora Natacha Rena<sup>11</sup>, juntamente com os movimentos sociais e outros coletivos, passaram a organizar atos para demonstrar que a vida e a cultura já estavam presentes na região.

Em meados de 2013, foi criado no Google Maps por alunas da disciplina, o mapa “O Corredor Cultural já existe”, com o propósito de cartografar os diversos movimentos, em grande parte informais, que compunham o já pulsante cenário cultural local (BERQUÓ, 2015). Organizou-se também, no baixo do Viaduto Santa Tereza, uma ocupação festiva denominada “A Ocupação”, para dar visibilidade aos atores e movimentos do local, e demonstrar a insatisfação em relação ao projeto do Corredor Cultural apresentado pela Prefeitura. Tudo isso foi atravessado ainda pelos protestos sociais ocorridos em junho de 2013 em diversas cidades brasileiras.

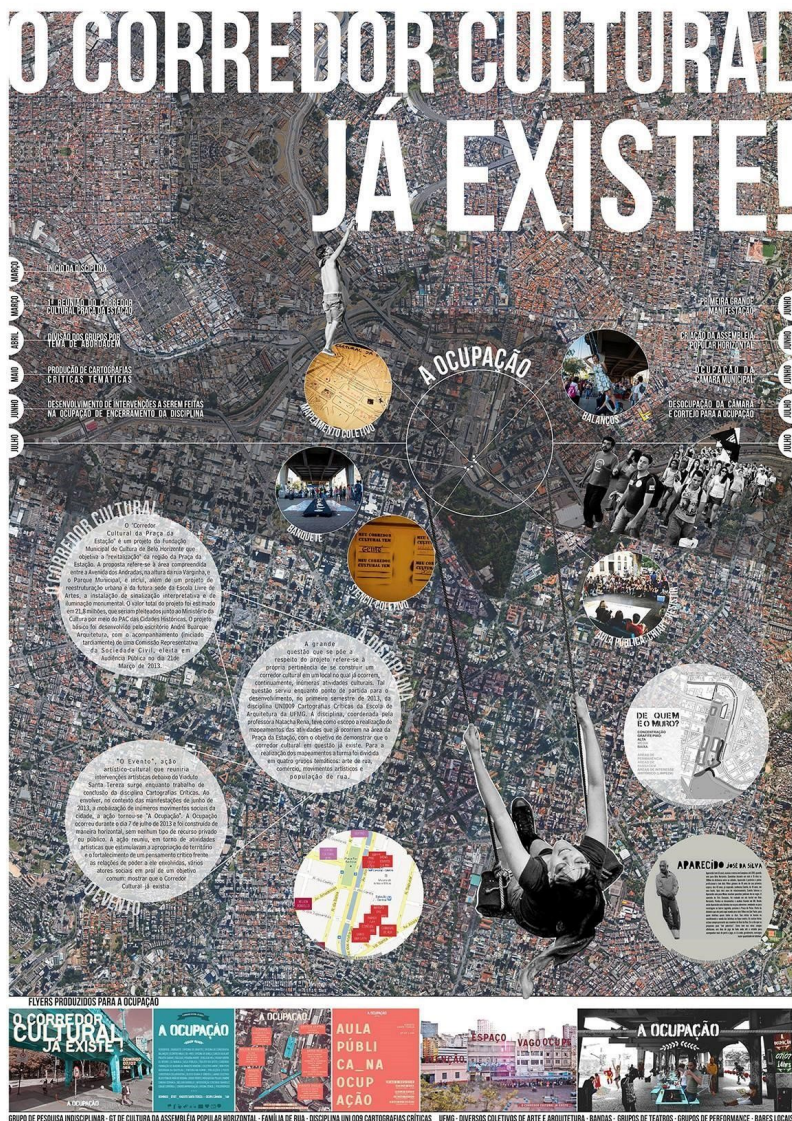


Fig. 3: O Corredor Cultural Já Existe! Fonte: Indisciplinar.

Desde esse momento, o Indisciplinar participou das articulações sociais para pressionar a Prefeitura de Belo Horizonte. Além das ações mencionadas anteriormente, a professora Natacha Rena foi uma das representantes da sociedade civil na Comissão de Acompanhamento, entendendo a centralidade política, econômica, social e cultural daquele território tanto para os grandes projetos urbanísticos pretendidos para a cidade, quanto para as resistências urbanas. Compreendeu-se que era preciso intensificar as lutas pelo território da Praça da Estação, apoiando-se nas redes de resistência construídas pelos movimentos atuantes na região desde 2007 e ocupando um lugar de representação institucional nos conselhos municipais pertinentes.

Assim, desde 2013, o Indisciplinar ocupa uma vaga no conselho relativo ao entorno da Praça da Estação. Desde o início, utilizou-se essa posição estratégica para aumentar a transparência das questões ali discutidas, com a filmagem e transmissão via *streaming* das reuniões mais importantes e a criação de uma *fanpage* da Zona Cultural no Facebook. Além disso, tal posição permitiu maior articulação e coesão entre os movimentos sociais afetados pelo projeto apresentado pela Prefeitura e a proposição de metodologias inovadoras, como a realização de uma visita pelo território guiada por um representante da população de rua.

A Comissão de Acompanhamento apresentou o Relatório em junho de 2014, o qual destaca os conflitos sociais existentes na região da Zona Cultural e enfatiza as demandas da sociedade civil para a área, voltadas para a melhoria dos usos e ocupações já existentes ali, com o propósito de evitar que a consolidação do uso cultural da região gere a expulsão das pessoas que a habitam. Outro ponto de destaque é a preocupação com a gestão democrática e popular, que inclui a participação permanente da sociedade para definição dos usos de seus equipamentos, inclusive dos privados, que não podem deixar de atender aos interesses sociais existentes.

As medidas propostas no Relatório têm uma evidente finalidade antigentrificadora. Apostar na manutenção da população que já ocupa a região, com a melhoria de suas condições de vida, e na gestão democrática e popular dos espaços públicos e privados são medidas que visam impedir a desconsideração do contexto e da história local por projetos gentrificadores produzidos por agentes que desconhecem ou ignoram tais fatores.

A partir desse contexto em que foi instituída a Zona Cultural da Praça da Estação, o seu Conselho Consultivo, teria que, dentre outras atribuições, produzir um plano diretor participativo para a área, dentro do prazo de um ano.

## **Conselho Consultivo da Zona Cultural Praça da Estação: metodologias e táticas adotadas contra a gentrificação da região**

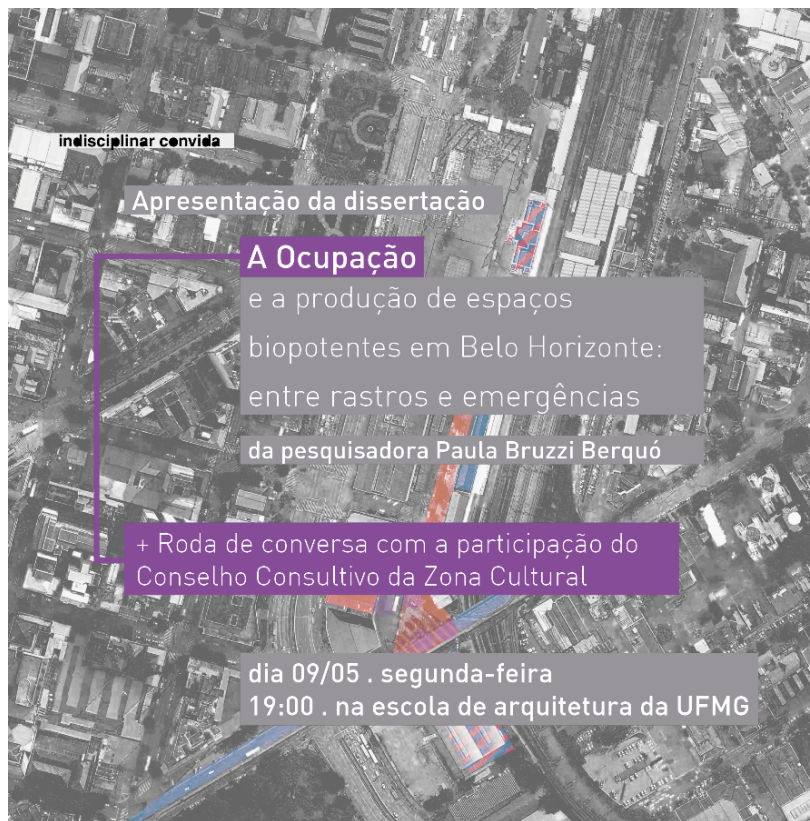
A reformulação do Corredor Cultural com o nome de Zona Cultural e a criação do Conselho Consultivo foram objetos de reunião pública organizada pela FMC em meados de 2014, na qual também seriam eleitos os três representantes da sociedade civil. Contudo, os representantes de movimentos sociais presentes entenderam que o projeto apresentado não atendia às demandas que haviam sido concretizadas no Relatório da Comissão de Acompanhamento, motivo pelo qual decidiram pela não-eleição do Conselho.

Em Abril de 2015, o projeto foi retomado por meio de nova reunião pública para eleição do conselho consultivo formado por integrantes da sociedade civil e do poder público. O número de membros do Conselho aumentou de seis para dez e o prazo para formulação do plano diretor foi estendido em mais um ano<sup>12</sup>. Durante o ano de 2015, foram definidas as regras de funcionamento do Conselho e delimitados os seus objetivos, considerando-se principalmente a dificuldade de formulação de um plano diretor participativo sem os recursos necessários. Chegou-se à conclusão de que o plano diretor não poderia ser feito por um conselho consultivo, assim os conselheiros acordaram que o Conselho iria elaborar diretrizes para um futuro plano diretor a ser escrito com ampla participação da sociedade. Como premissa ética, o Conselho adotou a frase cunhada por um membro do Conselho: "melhorar sem expulsar", um princípio contra a gentrificação.

A partir de setembro de 2015, as reuniões do Conselho passaram a tratar do território da Zona Cultural. Foram apresentados, por membros da Prefeitura e do Indisciplinar, estudos sobre os vazios e imóveis subutilizados, sobre os equipamentos históricos e culturais existentes, e sobre os parâmetros urbanísticos do novo Plano Diretor em tramitação na Câmara Municipal. Além disso, aconteceram discussões sobre questões infraestruturais da área, como a falta de banheiros públicos e o fechamento de vias para a realização de eventos, que são constantemente levantadas pelos frequentadores como pontos que devem ser resolvidos com urgência, apesar da insistente inércia do poder público municipal em relação a esses temas.

Foi em 2016 que os trabalhos de levantamento de dados para formulação das diretrizes se intensificaram. O Indisciplinar, por meio de conselheiros que são pesquisadores do grupo, Felipe Soares e Marília Pimenta, apresentou a proposta de metodologia que se fundamentava em cartografar atores, ações culturais, legislações pertinentes e projetos relevantes ao território da Zona Cultural. As conselheiras Laura Rennó e Izabel Dias, servidoras da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, também apresentaram proposta de metodologia para o Conselho, na qual propuseram dar voz à diversidade social presente no território a partir de metodologias vinculadas ao uso cotidiano dos espaços. Cumulando as duas propostas, o Conselho iniciou seus trabalhos em 2016, focado em metodologias e táticas que resgatassem o histórico do território e incentivassem a participação popular na produção das diretrizes, com intuito declarado de evitar a gentrificação da área com o projeto da Zona Cultural.

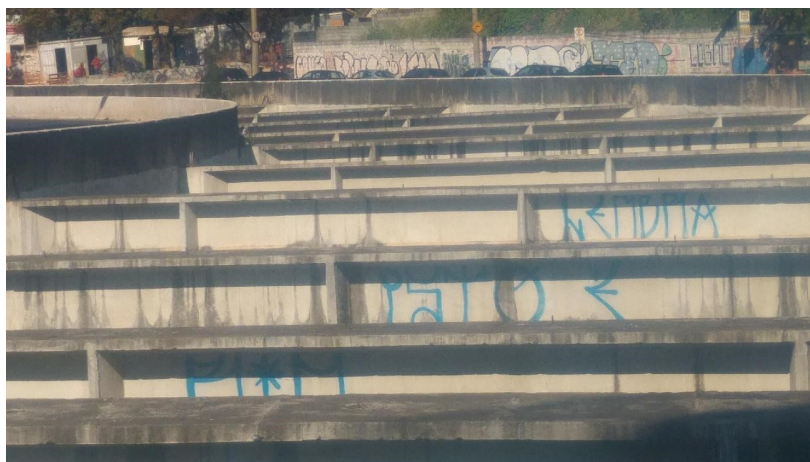
Dentre as atividades realizadas, vale destacar a apresentação do EmBreveAqui (EBA)<sup>13</sup> sobre os imóveis vazios; a apresentação da dissertação de Paula Berquó (2015), em que o histórico de ocupação popular da região é retomado; as reuniões temáticas sobre a situação da população de rua e dos vendedores ambulantes, que contaram com a presença de membros do poder público e da sociedade civil com conhecimento sobre essas questões; e os "mutirões andantes", como foram chamadas as duas caminhadas realizadas pelos conselheiros com o objetivo de conhecer o território da Zona Cultural a partir das ruas. Além disso, foi realizado um workshop com diversos conselheiros do Município sobre Parcerias Públicos-Privadas, com a intenção de informar a sociedade civil sobre os riscos e artimanhas desse modelo de gestão urbana de privatização da coisa pública.



**Fig. 4:** Web flyer/convite para a apresentação da dissertação de mestrado de Paula Berquó (2015) junto ao Conselho Consultivo da Zona Cultural. Fonte: Os autores.



**Fig. 5:** Conselheiros no primeiro "mutirão andante". Fonte: Os autores.



**Fig. 6:** Foto tirada pelo conselheiro Felipe Soares durante o segundo "mutirão andante". Fonte: Felipe Soares.

A presença do Indisciplinar, enquanto um grupo de pesquisa e extensão acadêmica abertamente militante e ativista, permitiu que essas atividades de produção de conhecimento inovadoras para um conselho municipal fossem realizadas com êxito. Percebeu-se que aplicar tal método tecnopolítico, ocupando redes e ruas, pode ser estratégico na ocupação efetiva de espaços institucionais do Estado-capital.



Ao final dos trabalhos, algumas diretrizes foram traçadas para a Zona Cultural, dentre as quais se destacam: necessidade de regulamentação do trabalho realizado pelos vendedores ambulantes, que são essenciais às manifestações culturais nos espaços públicos da região; elaboração de políticas públicas e produção de espaços para a população de rua que habita em grande número a região; construção e manutenção de banheiros público, para o uso cotidiano dos usuários; reconhecimento da diversidade cultural, que inclui diversas formas de expressão artística, como o pixo e o grafite; facilitação física e jurídica das atividades culturais que já acontecem no local; regulamentação dos vazios públicos e privados que deixam de cumprir sua função social; necessidade de habitações de interesse social na região; aumento da participação popular nas atividades do Conselho; garantia de poderes decisórios ao Conselho<sup>14</sup>. Além disso, o Conselho fez algumas observações acerca de alguns espaços localizados naquela área que merecem atenção da sociedade e do poder público: presença de muitos imóveis e terrenos vazios, especialmente estacionamentos privados; existência de invasões de propriedades públicas de domínio comum por entidades como o TJ-MG, a PM-MG e o DER-MG; impacto da construção do TRT-MG, que pode acelerar o processo de gentrificação, com a chegada de um novo público.



Fig. 7: Página principal do site do Conselho Consultivo da Zona Cultural da Praça da Estação. Fonte: Blog da Zona Cultural, acervo dos autores.

reuniões

download de todas atas e sínteses

	2017	2016		
	Data	Pautas	Presentes	Síntese
Reunião Ordinária	14/02	<p>Novo composição da Mesa Diretora do Conselho – (1) Luis Inerrosa do Boticário Público e (1) Luis Inerrosa do Sindicato Civil, conforme disposto no Decreto 11.010 de 24 de agosto de 2016, em 2017 a composição será exercida pelo Poder Público e a Secretaria Municipal de Sociedade Civil, como já deliberado.</p> <p>Aprovação da Agenda do Conselho para 2017 – agenda de reuniões na 2ª terça-feira de cada mês.</p> <p>Definições sobre a atuação do Conselho em 2017. Deliberação para o novo rolamento 2017-2019 e Reuniões Públicas.</p> <p>Encaminhamentos sobre o texto do Plano Diretor e repasse da Reunião Pública de 15 de dezembro de 2016.</p> <p>Informes Gerais</p> <p>Novo composição da Mesa Diretora do Conselho – (1) Luis Inerrosa do Boticário Público e (1) Luis Inerrosa do Boticário Público</p>	<p>João Junior (Suplente/SMG)</p> <p>Evandro Prado Trevisan (Presidente/PMMG)</p> <p>Felipe Soares (Titular/UFMG)</p> <p>Márcia Fátima Chaves (Suplente/UFMG)</p> <p>Mafreus Guerra Collet (Titular/PMMG)</p> <p>Indicações para compor o Conselho:</p> <p>Gabriele Tereza Vilela (SMPD)</p> <p>Liana Yellie (Titular/SMPD)</p> <p>Brianna Maria Nogueira Marmo (Suplente/SMPD)</p> <p>Grupo Técnico: Maria Helena de Rezende Costa (DER-MG)</p> <p>Apelo da EDVAC: Evandro Fagner e Débora Elias.</p>	<p><a href="https://drive.google.com/open?id=1K0B_zh4X_M6-CM5DUN3C0VDeic">https://drive.google.com/open?id=1K0B_zh4X_M6-CM5DUN3C0VDeic</a></p>

Fig. 8: As atas de reuniões do Conselho disponíveis no site. Fonte: Blog da Zona Cultural, acervo dos autores.

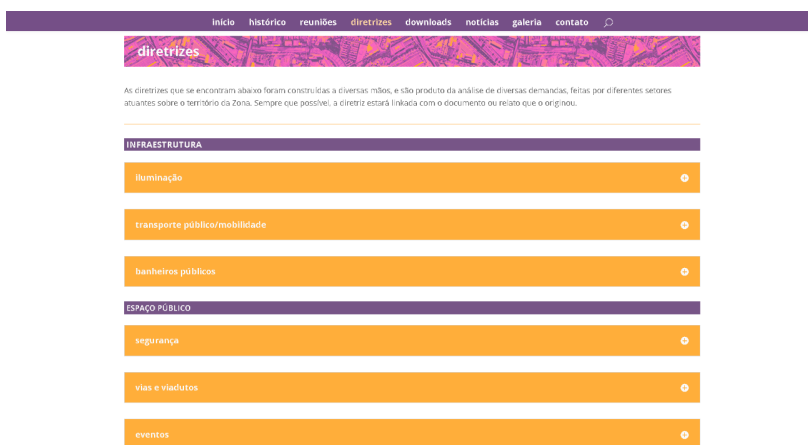


Fig. 9: Diretrizes formuladas pelo Conselho. Fonte: Blog da Zona Cultural, acervo dos autores.

No dia 15 de dezembro de 2016, foi realizada uma reunião pública para apresentação das diretrizes à sociedade e para permitir que novas demandas fossem levantadas.



**Fig. 10:** Web flyer/convite para a reunião pública do Conselho. Fonte: Blog da Zona Cultural, acervo dos autores.



**Fig. 11:** Fotografia da reunião pública – leitura coletiva das diretrizes junto aos conselheiros. Fonte: Acervo dos autores.



**Fig. 12:** Fotografia da reunião pública – mapa para análise coletiva do perímetro da Zona Cultural. Fonte: Acervo dos autores.



**Fig. 13:** Fotografia da reunião pública com o pesquisador e presidente do Conselho Felipe Soares. Fonte: Acervo dos autores.



**Fig. 14:** Fotografia da reunião pública com a pesquisadora e conselheira Marília Pimenta apresentando parte das diretrizes geradas em reuniões do Conselho. Fonte: Acervo dos autores.

Para um conselho municipal de caráter consultivo propor medidas contra um processo de gentrificação que já vem sendo empreendido há muitos anos não é tarefa fácil. É preciso colocar-se contra o capital imobiliário que adquiriu imóveis vazios e subutilizados à espera de valorização e estar atento à cooptação de ONGs, movimentos sociais, culturais e indústria cultural. É prioritário garantir condições mínimas de vida às populações marginalizadas, como os vendedores ambulantes e a população de rua, as mais atingidas pelos projetos gentrificadores. Tudo isso sem cair no fetiche de manter o território intocado, considerando que os espaços sociais são dinâmicos e as mudanças já estão ocorrendo.

O emaranhado de interesses e fluxos que conformam esse território exige a criação de novas alternativas metodológicas capazes de compreender as implicações locais de grandes pautas globais, como a revitalização dos centros urbanos por meio

de projetos urbanísticos suntuosos, e de encontrar alternativas locais, junto às lutas urbanas e movimentos sociais, para as demandas das pessoas e grupos sociais afetados por esses projetos.

Para tanto, o método adotado e a participação dos pesquisadores do Indisciplinar foi fundamental. Entender as repercussões cotidianas dos projetos de reforma e dos projetos culturais apresentados para a Zona Cultural, só foi possível com a atuação conjunta entre movimentos sociais, sociedade civil, técnicos da Prefeitura e universidade. O projeto do Corredor Cultural era bastante sedutor, mas escondia os modos de sua produção e suas consequências envolvendo um urbanismo excludente. Depois das ações realizadas pela rede lutas territoriais contra esse projeto, que conseguiram impedir sua concretização como fora planejado, o passo seguinte foi ocupar o Conselho para levantar questões e apresentar os pontos-cegos do processo por que passa o território, com o intuito de qualificar a participação da sociedade civil.

Colocar-se contra a gentrificação exige presença física no território e também participação nas instâncias responsáveis pelo planejamento do espaço. Por isso, a participação no Conselho Consultivo da Zona Cultural por pessoas ligadas aos movimentos sociais, culturais e diversos atores das redes de luta que ocupam e tecem esse território serviu para impedir a consolidação do projeto Corredor Cultural como havia sido planejado pelo Estado-capital, e abriu espaço para a construção de diretrizes que possibilitam guiar a confecção de um projeto mais democrático, aberto e conectado com o contexto local.

### Agradecimentos

Agradecemos ao empenho dos militantes e ativistas que compõem as redes de luta na cidade de Belo Horizonte, incluindo técnicos da Prefeitura; aos programas de pós-graduação da EADUFMG, PACPS e NPGAU; ao PRPq e à PROEX da UFMG; à Ford Foundation; à Fapemig; ao CNPq e à Capes. Agradecemos também a todos os pesquisadores do Indisciplinar que tornam todos os nossos trabalhos coletivos e estão presentes em nossas cartografias de múltiplos modos, cruzando frentes de ação que compõem os projetos do grupo junto às redes de lutas urbanas por justiça e direitos.

### Referências

ARROYO, M. A. **Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação**. 2004. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2004.

AYER, F. PBH quer criar corredor cultural na Praça da Estação. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 mar. 2013. [online] Caderno Gerais.

BERQUÓ, P. B. **A Ocupação e a Produção de Espaços Biopotentes em Belo Horizonte**: entre rastros e emergências. 2015. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GIFFONI, I. **Belo Horizonte**: da cidade planejada ao planejamento da cidade. Turismo na Praça da Estação. 2010. Balneário Camboriú/SC: Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2010.

MENDES, L. Gentrificação e a Cidade Revanchista: que lugar para os Movimentos Sociais Urbanos de Resistência? **Fórum Sociológico**, São Paulo, n. 18, 2008. [online]

MIRANDA, A. S. **A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte**: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação. 2007. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado), Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RENA, N.; MAYER, J.; NEVES, B.; ALVES, J. Cartografando os Movimentos Multitudinários em Belo Horizonte: As Jornadas de Junho e Depois. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, n. 3, v. 2, Dez. 2016. [online] Disponível em: <editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/RevistaIndisciplinar3FinalBaixa.pdf>. Acesso em: 13 Mar. 2017.

SMITH, N. Gentrification and the rent gap. **Annals of The Association of American Geographers**, Washington, v. 77, n. 3, p. 462-465, 1987.

SMITH, N. **The New Urban Frontier**: Gentrification and the Revanchist City. Londres: Routledge, 1996.

SMITH, N. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, v. 45, p. 538-548, 1979.

TREVISAN, E. **Transformação, Ritmo e Pulsação**: O Baixo Centro de Belo Horizonte. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VICTOR, A.; GUIMARÃES, A.; BRUZZI, P.; RENA, N. Zona Cultural: urbanismo neoliberal e as insurgências multitudinárias em Belo Horizonte: Crato/CE. In: Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, 3., 2016, Crato/CE. **Anais...** Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2015/10/zona-cultural-urbanismo.pdf>. Acesso em: 14 Mar. 2017.

---

<sup>1</sup>De "Programa Corredor Cultural Estação das Artes", alterou-se o nome, já nas primeiras reuniões públicas para "Programa Corredor Cultural Praça da Estação", e mais recentemente, para "Programa Zona Cultural Praça da Estação".

**2** Por meio do Decreto 15.587/14.

**3** Adaptado de Berquó (2015).

**4** Mais informações em: [belarq.com.br/?portfolio=praca-da-estacao-boulevard-arrudas](http://belarq.com.br/?portfolio=praca-da-estacao-boulevard-arrudas)

**5** Para maiores informações, ver a Narrativa Cartográfica "Por que o conflito da Izidora é emblemático?" Disponível em: [oucqh.indisciplinar.com/?page\\_id=696](http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=696).

**6** Para mais informações ver as narrativas cartográficas do Grupo de Pesquisa Indisciplinar-UFMG, OUC Nova BH em: [oucqh.indisciplinar.com/?page\\_id=17](http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=17), OUC ACLO em: [oucqh.indisciplinar.com/?page\\_id=21](http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=21), e linha do tempo abarcando todo o histórico das OUCs em: [dropbox.com/s/wv0k5vvolbnoyq2/Linha%20do%20Tempo\\_OUC\\_2017%20\\_blog.jpg?dl=0](https://dropbox.com/s/wv0k5vvolbnoyq2/Linha%20do%20Tempo_OUC_2017%20_blog.jpg?dl=0)

**7** Por meio do Decreto 13.798/98.

**8** A Roda de Conversa é um dispositivo de pesquisa que tem por finalidade estabelecer diálogos entre pesquisadores e movimentos sociais de naturezas diversas, para produzir conteúdo científico e ativista de forma polifônica, horizontal e colaborativa. Esta experiência, do dia 6 de novembro de 2014, realizada na Praça da Estação, foi a primeira Roda realizada pelo grupo (VICTOR, et al, 2016).

**9** A roda de conversa pode ser assistida na íntegra em: [youtube.com/watch?v=QcTV06mx\\_CA&t=967s](https://youtube.com/watch?v=QcTV06mx_CA&t=967s)

**10** O Indisciplinar é um Grupo de Pesquisa do CNPQ sediado na Escola de Arquitetura e Design da UFMG, tem suas ações focadas na produção do espaço urbano disputado pela sociedade civil e o Estado-capital. Mais informações em: [blog.indisciplinar.com/1265](http://blog.indisciplinar.com/1265)

**11** Natacha Rena, coordenadora do grupo de pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura e Design da UFMG, desde o início, participou das reuniões relacionadas ao projeto Corredor Cultural da Praça da Estação. Atualmente, os membros do grupo Felipe Soares e Marília Pimenta são conselheiros no Conselho em questão.

**12** Por meio do Decreto 16.001/15.

**13** O Em Breve Aqui (EBA), vinculado ao Indisciplinar, busca identificar vazios na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH (lotes, terrenos, áreas residuais de infraestrutura urbana, imóveis desocupados etc.) e ocupá-los com ideias. Trata-se de uma ferramenta tecnopolítica que permite, via crowdmap, o mapeamento coletivo de vazios urbanos. O mapa pode ser acessado pelo endereço: [em breve aqui.crowdmap.com](http://embreveaqui.crowdmap.com). Mais informações em: [embreveaqui.indisciplinar.com](http://embreveaqui.indisciplinar.com)

**14** Todas essas informações estão sendo colocadas no site [zonaculturalbh.org](http://zonaculturalbh.org), produzido e mantido pelo Indisciplinar, com a finalidade de reunir e divulgar os trabalhos do Conselho.